



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2570 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 12 - Currículo

REFORMA CURRICULAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO (2013): OS CONTEXTOS DE INFLUÊNCIA E DE PRODUÇÃO DE STEPHEN BALL NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO
Vanessa Santana dos Santos - UNIFESP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

RESUMO:

Este trabalho tem como objeto de estudo o *Programa de Reorganização Curricular e administrativa, ampliação e fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo – Mais Educação São Paulo*, no âmbito do Ciclo de Alfabetização, reforma proposta no governo de Fernando Haddad, na Secretaria Municipal da Educação de São Paulo (SME/SP). O objetivo do trabalho é compreender a reforma curricular, diante da trajetória da política por meio dos contextos de influência e de produção de Ball, no Ciclo de Alfabetização. Para tanto, uma análise documental será realizada, considerando a influência dos organismos e entidades internacionais na promoção de discursos, de ajustamento à política nacional demarcada e os atores presentes nos contextos analisados. A reforma curricular da SME/SP está alinhada aos discursos de cunho internacional, nacional e a ênfase aos Direitos de Aprendizagem se deve à representação política de César Callegari, participante da produção do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

REFORMA CURRICULAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO (2013): OS CONTEXTOS DE INFLUÊNCIA E DE PRODUÇÃO DE STEPHEN BALL NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

RESUMO:

Este trabalho tem como objeto de estudo o *Programa de Reorganização Curricular e administrativa, ampliação e fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo – Mais Educação São Paulo*, no âmbito do Ciclo de Alfabetização, reforma proposta no governo de Fernando Haddad, na Secretaria Municipal da Educação de São Paulo (SME/SP). O objetivo do trabalho é compreender a reforma curricular, diante da trajetória da política por meio dos contextos de influência e de produção de Ball, no Ciclo de Alfabetização. Para tanto, uma análise documental será realizada, considerando a influência dos organismos e entidades internacionais na promoção de discursos, de ajustamento à política nacional demarcada e os atores presentes nos contextos analisados. A reforma curricular da SME/SP está alinhada aos discursos de cunho internacional, nacional e a ênfase aos Direitos de Aprendizagem se deve à representação política de César Callegari, participante da produção do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Palavras-Chave: Reforma curricular. Organismos e entidades internacionais. Ciclo de Políticas. Contexto de Influência e Produção

INTRODUÇÃO

As reformas educacionais apresentam um discurso de mudança e de melhoria da qualidade de vida por meio da educação. Entretanto, Candau (1999) explica que as reformas educativas nem sempre contribuem para mudanças estruturais da nossa sociedade promovendo processos democráticos, de cidadania participativa e ativa, pois está introjetada no contexto neoliberal e neoconservador. Para a autora, as reformas curriculares têm sido proporcionadas de forma central e vertical com documentos prescritos em que os professores não participam deste processo.

A partir disso, tem-se como objeto de estudo, o *Programa de Reorganização Curricular e administrativa, ampliação e fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo – Mais Educação São Paulo*, documento publicado pela

SME/SP, defendendo que o “conjunto de temas concernentes à necessária revisão dos conceitos e metodologias dos currículos até hoje propostos e versa sobre alterações de estrutura e funcionamento da Rede Municipal de Ensino” (SÃO PAULO, 2013).

A reorganização curricular proposta pela SME/SP surge na troca de Gestão, quando Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu a Prefeitura de São Paulo. Primeiro, publicaram-se as Notas Técnicas para consulta pública entre agosto e setembro de 2013. Depois, em outubro, divulgou-se o documento de referência da reforma curricular da SME/SP. Considera-se que as políticas de currículo são programas de governos limitadas no tempo por causa do fim dos mandatos. O tempo de um governo é curto para consolidação, fator que designa a ruptura administrativa e pedagógica (DOMINGUES; TOSCHI; OLIVEIRA, 2000).

O objetivo deste trabalho é compreender, a partir da troca de Gestão, os contextos de influência e de produção (BALL, 1994) na reforma educacional proposta pela SME/SP no Ciclo de Alfabetização. A análise será documental e pautada no Ciclo de Políticas em que cada contexto revela uma tríade composta por arenas, lugares e grupos de interesses (*idem*).

Neste trabalho, serão versados os contextos de influência e de produção, sendo que o primeiro busca compreender a construção da política, as elaborações dos discursos, os objetivos para educação. Agrega os partidos políticos, governos e a representação legislativa. Os grupos de interesse lutam para que os seus posicionamentos influenciem a produção das políticas, assim seus discursos ganham legitimidade; o segundo, mantém uma relação de proximidade com o anterior. Os textos políticos são a homologação de determinadas políticas e os resultados das disputas de grupos de interesses e de acordos realizados nas arenas e nos espaços (MAINARDES, 2006).

Este trabalho discutirá, a reforma curricular da SME/SP, a trajetória da política (Currículo e Formação do Educador) e os contextos de influência e de produção de texto no documento de referência.

Reformas educacionais: influências internacionais

Reformas educacionais realizadas na década de 1990, na América Latina e no Brasil, estão atreladas ao novo contexto político e econômico de “reestruturação” do capitalismo e ascensão do neoliberalismo (NETO; RODRIGUEZ, 2007). As reformas educacionais não ficaram reduzidas à América Latina. Ou seja, a ideia de reformar se transforma numa “epidemia mundial” de reorganização dos sistemas educativos que inclui histórias e contextos diversos (BALL, 2002).

As reformas educacionais são financiadas por organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A partir da década de 1990, houve um movimento de eventos e fóruns internacionais de educação que fizeram o papel de indutores de discursos a serem propagados a nível nacional nos países participantes.

A Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), em Jomtien, na Tailândia, teve como patrocinadores: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o BM. Com o lema “Educação para Todos”, os pontos discutidos sobre alfabetização foram: acesso ao ensino primário, analfabetismo funcional (mulheres) e a promoção do Ano Internacional da Alfabetização.

O Fórum de Dakar, em Senegal, foi promovido pela UNESCO e destaca que o compromisso político se daria por via de recursos e as doações seriam realizadas pelo BM e bancos regionais de desenvolvimento e pelo setor privado (UNESCO, 2001) com a finalidade de que nenhum país deixasse de almejar o objetivo de Educação para todos por privação de recursos. A alfabetização e a universalização do ensino primário foram os pontos abarcados pelo evento. A participação dos organismos e entidades internacionais na produção das políticas educacionais, a partir de um discurso de fortalecimento e investimento na educação básica (principalmente para os anos iniciais) desvela uma “reorientação do crédito internacional” (CASASSUS, 2001, p.11).

De acordo com Ball (2002a), apoiado em Carter e O’Neill, a construção de políticas educacionais está atrelada a uma agenda política internacional. Expressa que as alterações nos movimentos de reformas da “nova ortodoxia” ocorrem na articulação entre a política, os governos e a educação nos países do Ocidente, sendo que uma delas é, dentre outras questões, “a obtenção de um controle mais direto sobre o currículo e a avaliação” (BALL, 2002a, p. 110).

Ocorre uma disputa pela legitimação de concepções da educação que transparece no início da produção das reformas para que se tornem legítimas nos documentos oficiais. Também, verifica-se o envolvimento dos organismos e entidades internacionais, financiando a educação e, atualmente, participando ativamente da educação como os agentes sociais privados, ligados a entidades financeiras que buscam interferir e controlar os currículos (MACEDO, 2014)

Programa de Reorganização Curricular e administrativa, ampliação e fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo – Mais Educação São Paulo: Currículo e Formação do Educador

A reforma curricular da SME/SP apresenta cinco eixos (Infraestrutura, Currículo, Avaliação, Formação do Educador e

Gestão), mas serão tratados o Currículo e a Formação do Educador, pois são os núcleos mais impactados pela reforma, não significando que os outros não sejam importantes.

Para entender a reforma curricular da SME/SP, no eixo Currículo, retoma-se ao documento que antecede à reforma, as *Orientações Curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem para o Ensino Fundamental – Ciclo I* criado na gestão de José Serra (2005-2006) e mantido com Gilberto Kassab (2006-2008) que apresentavam as Expectativas de Aprendizagem que seriam selecionadas na perspectiva de possibilidade para obtenção de determinadas aprendizagens, sendo que é preciso ter um [...] projeto curricular que atenda às finalidades da formação para a cidadania, subsidiando as escolas na seleção e organização de conteúdos mais relevantes” (SÃO PAULO, 2007, p.10).

Na reorganização curricular da SME/SP, identifica-se a alfabetização a partir dos conceitos de direito social e de exercício da cidadania nos ambientes sociais. No documento referência, os Direitos e Objetivos de Aprendizagem estão fundamentados em *Os Elementos Conceituais e Metodológicos para definição dos Direitos de Aprendizagem e desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental* [1], disponibilizado pelo Ministério da Educação para consulta pública em dezembro de 2012, que junto ao PNAIC, estipula o CA. A aprendizagem como direito humano foi explicitada no documento da SME/SP, tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica que apontam que os “direitos humanos, cuja característica é a de serem universais e sem distinção de espécie alguma, uma vez que decorrem da dignidade intrínseca a todo o ser humano” (BRASIL, 2013, p.105). Assim, houve a mudança de conceito de Expectativas de Aprendizagem para Direito de Aprendizagem, de um currículo pautado na seleção de conteúdos voltados para a formação cidadã para uma proposta de aprendizagem como direito humano a ser garantido pela SME/SP.

Também, houve uma nova configuração dos Ciclos com Ciclo de Alfabetização (1º ao 3º ano), Ciclo Interdisciplinar (4º ao 6º ano) e Ciclo Autoral (7º ao 9º ano), haja vista que anteriormente eram dispostos em Ciclo I (1º ao 5º ano) e Ciclo II (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental. Com a reforma curricular da SME/SP, a retenção poderia ocorrer ao final do Ciclo de Alfabetização e do Ciclo Interdisciplinar, e durante o Ciclo Autoral. Porém, a avaliação seria designada para a aprendizagem e para o acompanhamento, tendo como fundamentação o processo de promoção continuada em que a verificação das dificuldades e das correções dos fluxos deveriam ser realizadas. A justificativa desta reorganização era que os Ciclos eram longos. Quer dizer, nesta nova configuração, sinalizações sobre as dificuldades de aprendizagem poderiam ser indicadas aos pais, professores e alunos durante os Ciclos dentro de uma estrutura contínua, progressiva e interdisciplinar.

Para a formação do educador, propôs-se um Sistema de Formação de Educadores que envolvesse projeto, pesquisa e formação. Os temas seriam fixados pela SME/SP de acordo com a prioridade, mas destacaram-se Currículo, Avaliação e Gestão Pedagógica. Os cursos seriam oferecidos pela SME/SP por meio da Divisão Pedagógica (DIPED) nas Diretorias Regionais de Educação (DRE), pela Universidade Aberta do Brasil (UAB); por entidades sindicais e parcerias e, com mais evidência, pelo PNAIC, programa de formação continuada que direcionaria a reorganização curricular.

O próximo ponto discutirá os contextos de influência e produção no documento de referência da SME/SP.

Influência e produção de textos na reforma curricular da SME/SP no âmbito do Ciclo de Alfabetização

A reforma curricular paulistana apontou como base os Direitos de Aprendizagem, bem como a constituição do CA influenciado por um conjunto de marcos legislativos e medidas para sua implementação. Um deles foi a Lei nº 11.274/2006 que ampliou o Ensino Fundamental para nove anos com conseqüente ingresso da criança de seis anos no Ensino Fundamental; depois se desdobra o Plano de Metas: Compromisso Todos pela Educação (TPE) [2] que traçou como meta “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade” (BRASIL, 2007); o Programa da Alfabetização na Idade Certa (PAIC), do governo do Ceará, iniciado em 2007, apresenta a concepção da idade certa, ou seja, a apreensão da leitura e escrita deve ser realizada na idade e série correspondente; as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos anunciam que as crianças têm ritmos de aprendizagens diversos e podem demorar até três anos para se alfabetizarem; o Plano Nacional de Educação reafirma o intuito de alfabetizar até os oito anos de idade (Meta 5), o documento que define os Direitos de Aprendizagem e o PNAIC.

A UNESCO participou da consultoria e parceria na produção do documento que define os Direitos de Aprendizagem e, também, embasa a reforma curricular da SME/SP. A Conferência de Jomtien (1990) e o Fórum Mundial de Dakar (2000) destacam o investimento nas habilidades básicas de leitura e escrita para a participação social e educação primária, fator que se alinha à perspectiva adotada pelos eventos já destacados que englobaram as práticas de linguagem para a inserção social e para a melhoria da qualidade de vida, bem como o investimento na educação primária.

A reforma curricular da SME/SP demonstra a abertura para alianças internacionais, expressando que “**aintegração das políticas municipais às políticas nacionais e o fortalecimento dos laços para a cooperação internacional em educação** – indo para além da cidade” (SÃO PAULO, 2013, p. 22, grifo do autor). Os eventos contribuíram para a promoção do discurso municipal, tais como: melhoria da qualidade da educação, resultados satisfatórios em alfabetização para melhoria da qualidade de vida e investimento na educação primária.

A reforma curricular da SME/SP aderiu ao PNAIC, sendo uma das finalidades da reorganização promover a alfabetização de todas as crianças até o 3º ano do CA, oito anos de idade. Em 2014, a SME/SP publicou a Edição Especial PNAIC da Revista Magistério intitulada *Direitos à alfabetização na idade certa: reflexões, práticas e trocas de*

experiências com os países ibero-americanos aprofundam a implementação do PNAIC na cidade de São Paulo, destinada aos professores vinculados à SME/SP. A revista apresenta, na primeira página, a discussão promovida no *Seminário Diálogos sobre alfabetização, leitura e escrita* com a participação de representantes da SME/SP e de outras Redes (Santo André e Franco da Rocha), da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e do MEC para ratificar a alfabetização até os oito anos de idade e ainda reforça o compromisso com o TPE.

Um dos motivos para o PNAIC ter uma atuação bastante relevante na RME/SP é o fato do Secretário de Educação César Callegari ter sido participante da formulação da política nacional para alfabetização. Em entrevista à *Revista Magistério*, produzida pela SME/SP, Callegari, em relação aos Direitos de Aprendizagem, aponta que as crianças são diferentes nas condições de vivência, mas têm direitos iguais. Quanto à reforma curricular, diz que se baseia no PNAIC, na formação de professores, sendo que o material e a formação oriundos da política nacional são adequados para cidade de São Paulo. Mais uma vez, a política municipal associada à nacional por causa da representação política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O documento que define os Direitos de Aprendizagem e o PNAIC foram base para a reorganização curricular e administrativa na SME/SP por ter como seu representante César Callegari que participou da elaboração do PNAIC quando Fernando Haddad era Ministro da Educação. A defesa da idade certa para a alfabetização foi intensa por parte dos produtores da política na reforma curricular da SME/SP. Houve forte argumentação quanto aos Direitos de Aprendizagem e ao alfabetizar até os oito anos de idade, 3º ano do CA.

Verificou-se um alinhamento do discurso da reforma curricular da SME/SP com os conceitos dos documentos nacionais, ambos seguindo as induções dos organismos e entidades internacionais por meio dos discursos como qualidade da educação, Direito de Aprendizagem, Alfabetizar na Idade Certa, universalização do Ensino Fundamental, entre outros.

É importante pensar como as reformas são implantadas, implementadas e articuladas nas trocas de governo. Ou seja, não são consolidadas, mas no contexto da prática (BALL, 1994), pelo professor, podem ser recriadas.

Considerando que a SME/SP defende a concepção da alfabetização na idade certa, algumas problematizações não se esgotaram aqui, tais como: o professor está na linha de frente na tentativa de alfabetizar na idade certa, sendo utilizado para legitimar mudanças. Mas seria ele o único responsável, caso isso não aconteça? Qual a responsabilização da gestão dita democrática nas escolas pela alfabetização? E a SME/SP ficaria isenta quanto aos resultados não positivos? Na troca de gestão municipal, realizada em 2017, ocorreu uma nova reforma curricular para os estudantes do município de São Paulo. Como fica a formação de professores?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, S. J. **Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade**. Revista Portuguesa de Educação. Universidade do Minho, Braga, Portugal, v. 15. n. 002, pp. 03-23, 2002.

BALL, S. J. Grandes políticas, un mundo pequeno. Introducción a una perspectiva internacional en las políticas educativas. In: NARODOWSKI, M. (Org.). **Nuevas tendencias en políticas educativas**: Estado, mercado y escuela. Buenos Aires: Granica, 2002a, p. 103-128.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 6094 de 24 de abril de 2007**. Brasília: MEC, 2007

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, 2013.

CANAU, V. M. Reformas educacionais hoje na América Latina, In MOREIRA, A. F. B. (Org.) **Currículo**: políticas e práticas. Campinas/SP. Papirus. 1999. p. 29-42.

CASASSUS, J. **A reforma educacional na América Latina no contexto da globalização**. **Cadernos de Pesquisa** São Paulo: Fundação Carlos Chagas. n. 114, nov. p. 7-28, 2001.

DOMINGUES, J. J.; TOSCHI, N. S.; OLIVEIRA, J. F. de. A reforma do Ensino Médio a nova formulação curricular e a realidade da escola pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 70, abr. 2000.

MACEDO, E. Base Nacional curricular comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03, p. 1530-1555. Out/dez, 2014.

MAINARDES, J. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*. Campinas. **CEDES**, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan/abr. 2006.

MARTINS, A. C. A educação básica no século XXI: o projeto do organismo "Todos pela Educação" **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.4, n.1, p.21-28, jan/jun. 2009.

NETO; A. C. Reformas Educacionais na América Latina: cenários, Proposições e Resultados. In: NETO; A. C. (Org). **Pontos e Contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. **Orientações Curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem para o Ensino Fundamental – Ciclo I**, Diretoria de Orientação Técnica – DOT/SME-SP, 2007.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo – Mais Educação São Paulo – Documento Referência**. São Paulo: SME/DOT, 2013.

SHIROMA, E. O; GARCIA, R. M. C; CAMPOS, R. F. Conversão das "almas" pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação. In: BALL, S. J; MAINARDES, J. (Org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 222-248.

UNESCO. **Educação para todos: O compromisso de Dakar**. Brasília: UNESCO/ CONSED, Ação Educativa, 2001.

[1] Será nomeado, neste trabalho, documento que define os Direitos de Aprendizagem.

[2] De acordo com Martins (2009), o TPE foi criado por empresários para debater sobre a educação brasileira diante da lógica capitalista. Eles firmaram o acordo de alterar a situação da educação do país no que se refere à qualidade da educação, a partir da discussão do fracasso escolar, fator que atrapalha a produtividade e competitividade (SHIROMA, GARCIA, CAMPOS, 2011).